



## Os direitos humanos e as discussões de violência contra a mulher na formação docente da Educação Básica: análises de teses e dissertações (2016-2021)

*The human rights and the discussions about violence against women in teaching training and basic education: analysis of theses and dissertations (2016-2021)*

 **Renata Santos Pedreira**

Mestranda em Educação  
Universidade Estadual de Maringá – UEM.  
Maringá, Paraná – Brasil.  
[renata-santos.net@hotmail.com](mailto:renata-santos.net@hotmail.com)

 **Fabiane Freire França**

Doutora em Educação  
Universidade Estadual de Maringá – UEM.  
Universidade Estadual do Paraná Campus de Campo Mourão - UNESPAR.  
Maringá, Paraná – Brasil.  
[fabiane.freire@ies.unespar.edu.br](mailto:fabiane.freire@ies.unespar.edu.br)

**Resumo:** Esse artigo objetiva apresentar uma revisão de literatura sobre direitos humanos e violência contra as mulheres na formação docente voltada à Educação Básica. Busca-se mapear formações docentes que tenham abordado a violência contra a mulher, considerada uma violação dos direitos humanos. Para isso, analisa-se pesquisas *Stricto Sensu* presentes no catálogo de teses e dissertações da Capes, no período de 2016 a 2021. Com base no levantamento bibliográfico, para sistematizar a análise qualitativa dessa pesquisa, foram elaboradas categorias de análise (BARDIN, 2011) que correlacionam a produção científica do tema em foco, a saber: A) Direitos humanos, educação e práticas pedagógicas; B) Direitos humanos, educação e formação docente. Os resultados das pesquisas elencadas, neste banco de dados, trazem discussões sobre educação em direitos humanos e gênero, no entanto não tem uma especificidade sobre a temática violência contra a mulher.

**Palavras chave:** direitos humanos; práticas pedagógicas; formação docente; violência contra a mulher.

**Abstract:** This article aims to present a literature review on human rights and violence against women in teacher training focused on Basic Education. Seek to map teaching formations that have addressed violence against women, considered a violation of human rights. For this, analyzed *Stricto Sensu* research present in the Capes theses and dissertations catalog, from 2016 to 2021. Based on the bibliographic survey, to systematize the qualitative analysis of this research, developed categories of analysis (BARDIN, 2011) that correlate the scientific production of the topic in focus, namely: A) Human rights, education and pedagogical practices; B) Human rights, education and teacher training. The results of the surveys listed, in this database, they bring discussions about education in human rights and gender, however, there is no specificity on the theme of violence against women.

**Keywords:** human rights; pedagogical practices; teacher training; violence against women.

**Cite como**

*(ABNT NBR 6023:2018)*

PEDREIRA, Renata Santos; FRANÇA, Fabiane Freire. Os direitos humanos e as discussões de violência contra a mulher na formação docente da Educação Básica: análises de teses e dissertações (2016-2021). *Dialogia*, São Paulo, n. 41, p. 1-17, e22462, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/41.2022.22462>.

*American Psychological Association (APA)*

Pedreira, R. S., & França, F. F. (2022, maio/ago.). Os direitos humanos e as discussões de violência contra a mulher na formação docente da Educação Básica: análises de teses e dissertações (2016-2021). *Dialogia*, São Paulo, 41, p. 1-17, e22462. <https://doi.org/10.5585/41.2022.22462>.

## Introdução

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) foi um marco histórico ao estabelecer 30 artigos como garantia de acesso aos direitos fundamentais a toda pessoa humana. Os direitos humanos estão ancorados como universais, buscam a proteção à dignidade humana e a não violação de nenhum direito. Hoje, no Brasil, existe um conjunto de leis e políticas públicas (BRASIL, 1988; BRASIL, 2007) que objetivam a promoção dos Direitos Humanos. Porém, mesmo com a existência das legislações as violações destes direitos são alarmantes (CANDAU, SACAVINO, 2013).

No ano de 2003, com a criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), teve início o processo de formulação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). No período de 2004 e 2005, o plano foi divulgado e debatido e em 2006 foi publicada a sua versão definitiva. Uma das ações contempladas no PNEDH é a formação e a capacitação de profissionais, por meio da formação inicial e continuada, em direitos humanos, sobretudo de profissionais que atuam na Educação Básica (BRASIL, 2007).

Enfatiza-se nessa pesquisa a necessidade da formação e capacitação para efetivar uma educação em direitos humanos, pois apenas as legislações não são suficientes para construir uma sociedade de Direitos Humanos. “Se eles não forem internalizados no imaginário social, nas mentalidades individuais e coletivas, de modo sistemático e consistente, não construiremos uma cultura dos Direitos Humanos na nossa sociedade” (CANDAU, SACAVINO, 2013, p. 60). Nesse sentido, a educação em Direitos Humanos entra como uma ferramenta fundamental para a construção de uma sociedade mais democrática.

Quando se propõe a educação em direitos humanos alguns elementos precisam ser efetivados para sua construção. São eles: “[...] formar sujeitos de direito, empoderar os grupos socialmente vulneráveis e excluídos e resgatar a memória histórica da luta pelos Direitos Humanos na nossa sociedade” (CANDAU, SACAVINO, 2013, p. 63).

Pautado nesses elementos, esse estudo permite discutir sobre os direitos humanos das mulheres, com a centralidade na violência contra a mulher e a formação docente. Foi também embasado na Lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha e na Lei nº14.164 de 10 de junho de 2021 que altera a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e introduz o conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da Educação Básica.

Quando se analisa o cenário brasileiro, verifica-se que todos os dias mulheres são submetidas a situações de violência, mesmo em um contexto pandêmico, em 2020, uma (1) em cada quatro (4) mulheres brasileiras, acima de 16 anos sofreram algum tipo de violência ou agressão (FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Datafolha, 2021). Conforme o Anuário de

Segurança Pública em 2020, marcado por um cenário pandêmico, o Brasil registrou 3.913 homicídios de mulheres, dentre esses, 1.350 foram considerados como feminicídio pelas Polícias Cíveis estaduais (FBSP, 2021).

Em vista disso, o objetivo dessa pesquisa é apresentar uma revisão de literatura sobre direitos humanos e violência contra as mulheres nas práticas pedagógicas e na formação docente voltada à Educação Básica. Esse objetivo se desdobra em outros dois objetivos: analisar pesquisas *Stricto Sensu* presentes no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes; sistematizar os resultados das pesquisas em categorias de análises qualitativas, pertinentes ao eixo temático.

Para alcançar a análise qualitativa desse estudo foi selecionado o banco de pesquisas de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) por reunir pesquisas *Stricto Sensu* dos programas brasileiros de pós-graduação. Os descritores escolhidos foram os termos: “direitos humanos” AND “formação docente”. Também foi usado o recorte temporal demarcado pelos anos de 2016 a 2021, tendo como justificativa os estudos publicados uma década após a publicação da Lei da Maria da Penha e o recorte final a Lei nº14.164 de 10 de junho de 2021, que introduz o conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da Educação Básica.

Essa busca gerou 39 resultados de produções acadêmicas, porém após a leitura dos títulos, resumos e palavras-chaves da pesquisa, foi observado que vários trabalhos não condiziam ao eixo temático deste estudo, sendo estes excluídos da análise por não tratarem especificamente sobre os termos selecionados como palavras-chave. Em vista disso, foram elencados 9 (nove) pesquisas que poderiam contribuir para essa revisão sobre direitos humanos e violência contra as mulheres na formação docente na Educação Básica. Dentre as 9 (nove) pesquisas, 8 (oito) são dissertações e uma (1) é tese de doutorado. As produções foram lidas, analisadas e seus dados e resultados sistematizados neste estudo.

Com base no levantamento bibliográfico, para sistematizar a análise qualitativa dessa pesquisa, foram elaboradas categorias de análise que correlacionam a produção científica do tema em foco, a saber: A) Direitos humanos, educação e práticas pedagógicas; B) Direitos humanos, educação e formação docente.

Para a elaboração dessas categorias, utilizou-se como respaldo metodológico a proposta de Laurence Bardin (2011) que denomina a análise de conteúdo como uma técnica para compreensão das comunicações na pesquisa qualitativa. Primeiramente foi realizada a pré-análise, com o objetivo

de escolher e organizar as pesquisas conforme o objetivo deste estudo, depois foi realizada a exploração do material, o tratamento dos resultados obtidos e a sua interpretação (BARDIN, 2011).

Os resultados das pesquisas elencadas evidenciam lacunas de formação destinadas às professoras/es e de discussões de violência contra a mulher nas escolas. Precisa-se romper com qualquer tipo de violência e a escola pode ser um espaço de luta contra as desigualdades de gênero, sexismo e opressão produzidas na sociedade. Com base nessas primeiras discussões, esse estudo justifica-se pela necessidade de analisar pesquisas que tenham como foco os direitos humanos, a violência contra a mulher e a formação docente.

Na sequência, são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa, a partir de uma análise quantitativa dos dados, em seguida a análise qualitativa das dissertações e teses sobre as discussões de direitos humanos, educação, práticas pedagógicas e formação docente.

## 1 Procedimentos metodológicos: uma análise quantitativa das pesquisas

Para realização deste estudo foram selecionadas pesquisas *Strictu Sensu*, cadastradas no banco de teses e dissertações, na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), defendidas no período de 2016 a 2021, tendo como justificativa o período inicial de uma década após a publicação da Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006 e a Lei nº14.164 de 10 de junho de 2021, que introduz o conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da Educação Básica.

Sustentado no Artigo 8º, da Lei Maria da Penha, que cria medidas que visam coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, tal como disposto nos incisos V, VIII e IX

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres; VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia; IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006).

E na Lei nº14.164 de 10 de junho de 2021, que introduz o conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da Educação Básica e institui em seu artigo 2º, a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, para que seja realizada, anualmente, no mês de março, nas instituições públicas e privadas de ensino da Educação Básica, com o propósito de:

- I - contribuir para o conhecimento das disposições da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);
- II - impulsionar a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher;
- III - integrar a comunidade escolar no desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento das diversas formas de violência, notadamente contra a mulher;
- IV - abordar os mecanismos de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, seus instrumentos protetivos e os meios para o registro de denúncias;
- V - capacitar educadores e conscientizar a comunidade sobre violência nas relações afetivas;
- VI - promover a igualdade entre homens e mulheres, de modo a prevenir e a coibir a violência contra a mulher; e
- VII - promover a produção e a distribuição de materiais educativos relativos ao combate da violência contra a mulher nas instituições de ensino (BRASIL, 2021).

Entendida como uma violação dos direitos humanos, em uma sociedade em que as violências são naturalizadas e silenciadas, a violência contra a mulher precisa ser compreendida e combatida. Introduzir as discussões de violência contra a mulher na formação de docentes é reconhecer que são reproduzidas relações de poder e representações hegemônicas de gênero que legitimam determinados espaços aos corpos de homens e mulheres.

Diante disso, buscou-se por distintas combinações de palavras que se relacionassem a essa temática, mediante a utilização do operador booleano AND. Quando utilizados os descritores “violência contra a mulher” ou “violência de gênero” AND “formação de professores” AND “direitos humanos” não foram obtidos resultados. Então, optou-se por uma pesquisa mais ampliada, por meio dos descritores “direitos humanos” AND “formação docente” que geraram 39 resultados. Após a leitura do título, resumo e palavras-chave de cada uma das pesquisas, foram elencadas 9 (nove) pesquisas que contemplam o objetivo da revisão de literatura sobre direitos humanos e violência contra as mulheres na formação docente e na Educação Básica.

Para a análise e sistematização mais detalhada deste material, foram organizados dois quadros, o primeiro se refere às teses e dissertações elencadas para esse estudo, que corresponde ao período de 2016 a 2021. E o segundo quadro denota a distribuição das pesquisas por regiões brasileiras e esfera administrativa/instituição de pós-graduação. Após isso, foram elaboradas duas categorias de análise, segundo a proposta de Análise de conteúdo de Bardin (2011).

Na sequência apresentamos uma síntese das nove pesquisas analisadas, selecionadas por contribuírem na sistematização das discussões de direitos humanos, práticas pedagógicas e formação docente na Educação Básica, visto que não foram localizadas pesquisas a partir dos descritores “violência contra a mulher”, “formação de professores” e “direitos humanos”. Para sistematizar a análise qualitativa desta pesquisa foram elaboradas duas categorias de análise: A) Direitos humanos, educação e práticas pedagógicas; B) Direitos humanos, educação e formação docente.

**Quadro 1** - Pesquisas sobre Direitos Humanos, práticas pedagógicas e formação docente, distribuídas no período 2016-2021

Anos (2016-2021)	Dissertações	Teses	Total
2016	-	-	0
2017	4	1	5
2018	1	-	1
2019	2	-	2
2020	1	-	1
2021	-	-	0
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>9</b>

Fonte: As autoras, a partir das teses e dissertações pesquisadas na CAPES (2021).

De acordo com o Quadro 1, foi selecionada uma tese, defendida no ano de 2017, quatro dissertações defendidas no mesmo ano, uma em 2018, duas em 2019 e uma em 2020. Conforme as combinações de palavras utilizadas não foram obtidos resultados de pesquisa correspondentes ao ano de 2021. Após a leitura detalhada dos resumos não foram elencadas pesquisas do ano de 2016, por não se enquadrarem ao objetivo desta revisão.

**Quadro 2** - Distribuição das pesquisas por regiões brasileiras e por esfera administrativa/instituição de pós-graduação

Regiões brasileiras	Dissertações (D) Teses (T)		Total D/T	Esferas administrativas			TOTAL
	D	T		Públicas Estaduais	Públicas Federais	Privadas	
Norte	-	-	0	-	-	-	0
Nordeste	4	1	5	1	4	-	5
Centro-oeste	-	-	0	-	-	-	0
Sudeste	2	-	2	1	1	-	2
Sul	2	-	2	-	1	1	2
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>9</b>

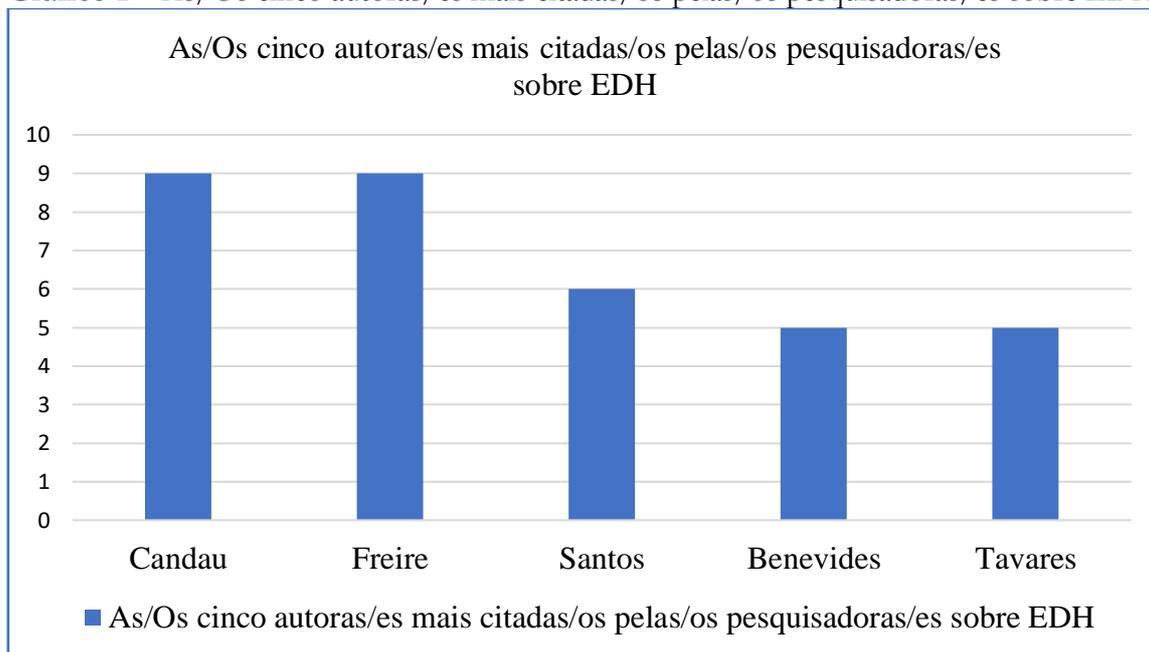
Fonte: As autoras, a partir das teses e dissertações pesquisadas na CAPES (2021).

Os dados acima apontam que das nove pesquisas elencadas, neste estudo, 55,56% foram produzidas na região nordeste, 22,22% na região sudeste e 22,22% na região sul. Dentre as pesquisas selecionadas, nenhuma corresponde à região norte e centro-oeste do Brasil. A maioria das teses e dissertações são oriundas das instituições públicas federais 66,67%, as instituições públicas estaduais correspondem a 22,22% e as instituições privadas a 11,11%.

No que diz respeito ao programa de pós-graduação que a pesquisa foi desenvolvida 55,56 são da área da educação, 11,11% de programa em Direitos Humanos, 11,11% de educação profissional e tecnológica, 11,11% em educação e formação humana e 11,11% em ensino.

O Gráfico 1 apresenta os teóricos e teóricas mais utilizados/as nas teses e dissertações analisadas. Para tanto, foi realizado o levantamento das referências bibliográficas de cada pesquisa e categorizadas as/os cinco autoras/es mais citados/as pelas/es pesquisadoras/es da tese e das dissertações.

**Gráfico 1** – As/Os cinco autoras/es mais citadas/os pelas/os pesquisadoras/es sobre EDH



**Fonte:** As autoras, a partir das teses e dissertações pesquisadas na CAPES (2021).

O Gráfico 1 retrata que Vera Maria Candau e Paulo Freire foram utilizados/as por todas/os (100%) pesquisadoras/es, seguido de Boaventura de Souza Santos, citado em seis pesquisas (66,66%), e de Maria Victória de Mesquita Benevides, simultaneamente, Celma Tavares que foram citadas em cinco (55,55%) pesquisas.

Uma vez mapeado o corpus da presente análise, foram sistematizadas as categorias de análise para identificar as práticas pedagógicas, e a formação docente sobre direitos humanos na Educação Básica.

## 2 Análise qualitativas das dissertações e teses

### 2.1 Categoria A: direitos humanos, educação e práticas pedagógicas

Nessa categoria de análise foram elencadas quatro pesquisas, sendo quatro dissertações, por se aproximarem das discussões de direitos humanos, educação e práticas pedagógicas, como identificado em seus objetivos de pesquisa elencados na sequência. A primeira, a pesquisa de mestrado “A Construção de uma Cultura de Educação em Direitos Humanos: experiências formativas em uma escola da rede municipal de Natal” de Bruna Costa Neres (2018) assumiu como objetivo geral de estudo analisar a construção da cultura em direitos humanos na escola, por meio das práticas e concepções de professoras de uma escola, da rede municipal de Natal. A autora explica que precisamos relacionar a construção de uma cultura de educação em direitos humanos com as experiências das professoras, já que a escola é um espaço que normatiza e transmite ideias. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e interpretadas por meio da metodologia da entrevista compreensiva, observações participantes pautadas no método estudo de caso e análise documental de materiais que regulam a escola, em especial o Projeto Político Pedagógico (PPP).

No decorrer da pesquisa, a autora constatou que as professoras não tiveram formações e reflexões sobre Direitos Humanos, tinham professoras que não se sentiam preparadas por desconhecerem a temática. Para isso, ela explica a necessidade de formação teoricamente embasada para as professoras (NERES, 2018).

A dissertação Ensino em Direitos Humanos: estudo de caso na Escola Estadual de Ensino Fundamental Coriolano de Medeiros em Patos-PB de Kátia Macedo Duarte (2019) objetivou investigar o ensino dos Direitos Humanos em uma Escola Estadual de Patos-PB. Por meio de uma pesquisa qualitativa e como método de estudo de caso, a pesquisa envolveu seis professores que atuam em turmas do ensino fundamental. Para desenvolver a pesquisa foi realizado um questionário com perguntas abertas e fechadas, observação de atividades relacionadas aos direitos humanos e análise dos documentos como Projeto Político Pedagógico (PPP) e Projeto Intervenção Pedagógica.

Duarte (2019) acredita na importância da formação do professor para trabalhar e conhecer os direitos humanos de forma interdisciplinar em sala de aula, para que exclua qualquer forma de preconceito, discriminação e violência do espaço escolar. A autora constatou, após observação, que a escola em questão é aberta a receber projetos que busquem diversificar o conhecimento e formar cidadãos críticos e conscientes. Além disso, os resultados evidenciaram que os professores estão em constante formação, que são ofertadas pela Secretaria da Educação do estado da Paraíba, e isso se concretiza nas práticas pedagógicas e em seus discursos, que afirmam ser possível ensinar os

Direitos Humanos nas escolas, buscando banir atitudes discriminatórias, racistas e preconceituosas (DUARTE, 2019).

Emilene Júlia Da Silva Freitas Carvalho (2017), em sua dissertação “A Educação em Direitos Humanos nos Manuais do Professor da Coleção Didática Projeto Buriti - História (Pnld/2013): Os Direitos das Crianças e a Formação do Professor em Foco”, analisou a concepção de Direitos humanos (DH) e Educação em Direitos Humanos (EDH) nos Manuais do Professor (MP) dos Livros Didáticos (LD) de História, do Programa Nacional de Livros Didáticos – PNLD anos iniciais, aprovada em 2013, no que diz respeito aos direitos das crianças estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e com isso, entender como essa concepção de EDH, abordada nos Manuais do Professor, contribui na formação docente, pois a autora entende que os manuais destinados aos professores e professoras contribuem para a sua formação, já que os/as orienta em sua prática pedagógica. Para tanto, a autora analisou uma seção e um tópico que mais se aproximou com a discussão de direitos das crianças e utilizou como metodologia a investigação qualitativa, por meio da análise textual discursiva.

O manual escolhido foi justificado por ser o mais adotado no Brasil, depois do PNLD (2013) ter garantido a introdução da temática da EDH como método de aprovação dos livros. No entanto, conforme a autora, o manual analisado não apresenta a temática da EDH, apenas conteúdos que articulam com os direitos das crianças nos textos, sendo a maior parte das orientações destinada a apresentar as respostas das questões e dinâmicas que podem ser trabalhadas. Além disso, o manual não considera uma perspectiva contra hegemônica e intercultural em sua abordagem, não contextualizando os conteúdos relacionados aos direitos humanos e ECA (CARVALHO, 2017).

Na dissertação, “Somos todos e todas diferentes numa sociedade de iguais”: Um estudo de caso sobre práticas pedagógicas de gênero e sexualidade em uma escola pública de Pernambuco, de autoria de Jacob (2017), analisou as práticas pedagógicas relacionadas a questões de gênero e sexualidade que foram desenvolvidas em um Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher presente em uma escola pública estadual localizada na Zona Norte do Recife (PE). Por meio de um estudo de caso, a pesquisa buscou investigar como essas práticas são desenvolvidas e suas implicações para a promoção da igualdade de gênero, do combate à LGBTfobia e também para o fortalecimento da cidadania e dos Direitos Humanos. Para tanto, a autora teve como suporte teórico as produções de conhecimentos sobre gênero, sexualidade e práticas pedagógicas no contexto dos Direitos Humanos.

Seguindo uma abordagem qualitativa, para coleta de dados dessa pesquisa foi realizada a observação não participante nos encontros promovidos no Núcleo de Estudos de Gênero criado na escola para aos/as alunos/as, e uma entrevista semi-estruturada com três profissionais da escola (JACOB, 2017).

Conforme as entrevistas e as observações, Jacob (2017) pontuou narrativas das docentes que retrataram sobre as dificuldades em elaborar planos de aula para as discussões no Núcleo, já que as docentes não tinham formação inicial e continuada em gênero e sexualidade, e com isso, não se sentiam preparadas para realizar o trabalho. A autora explica que apesar dos esforços das docentes, esses limites dificultam a organização das temáticas e dos recursos a serem utilizados para trabalhar dentro de uma proposta de fortalecimento dos Direitos Humanos. Além disso, as lacunas na formação podem projetar suas visões de mundo na prática pedagógica, o que pode reproduzir, mesmo que inconsciente, preconceitos e desigualdades. Jacob (2017) salienta que o Núcleo, além de seu papel pedagógico formal, consolidou-se como um local de proteção, nesse espaço os/as estudantes fazem denúncias de violações de direitos que ocorrem no ambiente escolar.

## 2.2 Categoria B: Direitos humanos, educação e formação docente

Ao reconhecer a sala de aula como um espaço de diálogo e de prevenção de todas as formas de violência, em especial neste estudo, contra a mulher, o primeiro passo é pensar nas formações dos/as educadores/as sobre a temática em pauta.

Nessa categoria de análise foram selecionadas três dissertações e uma tese, por se aproximarem das discussões de direitos humanos, educação e formação docente, como identificado em seus objetivos de pesquisa descritos na sequência. A primeira pesquisa, a dissertação de Mônica Luiza Simião Pinto (2017), “Formação de professores para a educação em direitos humanos”, objetivou identificar as concepções sobre Direitos Humanos afirmadas nas políticas educacionais, nas percepções de formadores e nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura oferecidos pela Rede Federal de Ensino Técnico e Tecnológico no estado do Paraná. A pesquisa analisou documentos oficiais sobre as políticas educacionais de educação em direitos humanos, projetos pedagógicos dos 16 cursos de licenciatura (Artes Visuais, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Educação Física, Física, Letras Português/Inglês, Pedagogia e Química) oferecidos pela instituição em todo estado do Paraná, e por fim, aplicou um formulário *online* para 30 docentes desses cursos sobre seu entendimento de DH, a relevância da EDH nas licenciaturas e a maneira como pode ser trabalhada no curso.

Baseada em autores/as como Candau *et al* (2013), Freire (2015), Santos (1997) e documentos relacionados às políticas educacionais, Simião Pinto (2017) buscou refletir sobre a

formação de professores na educação em direitos humanos e de pesquisas no campo da formação docente. A autora enfatizou a necessidade da EDH ser efetivada no currículo de formação de professores para construir uma educação comprometida com a democracia, justiça e diversidade cultural. A pesquisa apontou que apenas 20% dos participantes tiveram algum contato e/ou formação em EDH.

A autora, ao analisar as percepções dos professores sobre DH e de que forma a EDH pode ser efetivada nos cursos de licenciatura, pontua que ainda são acentuadas as percepções conservadoras de ensino, currículo e DH. Os professores e professoras pesquisados/as elencaram como melhor forma de trabalhar a temática a abordagem disciplinar, porém a autora explica que a EDH apenas como um conteúdo isolado não irá garantir a efetivação das políticas públicas educacionais, precisa estar presente nas práticas cotidianas (PINTO, 2017).

A segunda pesquisa denominada “Direitos Humanos e Educação Profissional e Tecnológica: guia do professor” de Maycon Rangel Abreu Ferreira (2020) teve como objeto de investigação o papel da EDH na formação de docentes que atuam na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). A pesquisa teve como objetivo geral desenvolver um guia do professor, em formato de *e-book*, sobre Direitos humanos e Educação Profissional e Tecnológica, buscando subsidiar a formação docente em educação em direitos humanos (EDH).

A pesquisa se desenvolveu com aporte no Materialismo Histórico-Dialético, de forma documental e pela aplicação de questionário aos docentes do IFMA. O questionário com perguntas abertas e fechadas, pela plataforma *Google Forms*, buscou identificar suas percepções sobre direitos humanos e EDH e a forma como essas percepções se articulam com a sua atuação, no campo da Educação Profissional e Tecnológica. A pesquisa foi respondida por 154 docentes, de 28 unidades da instituição, de forma voluntária (FERREIRA, 2020).

Ferreira (2020) afirma que o motivo para desenvolver essa pesquisa foi a crença em outro mundo, pautado pelo respeito, fraternidade, empatia e dignidade humana. Para isso, a escola é peça fundamental, capaz de superar as opressões e desigualdades que violam direitos de mulheres e homens em todo o mundo e que está presente dentro do espaço escolar.

Os resultados obtidos pela análise da pesquisa de Ferreira (2020) indicam que os/as docentes consideram importante para formação dos discentes trabalhar temáticas relacionadas aos direitos humanos e a EDH, porém a maioria afirma não se sentir preparados/as para realizar esse trabalho e pontua a falta de formações, capacitações e materiais didáticos de Direitos Humanos para Educação Profissional e Tecnológica (EPT) (FERREIRA, 2020).

De acordo com o seu objetivo geral e a partir dos resultados obtidos na pesquisa, o autor elaborou um produto educacional, o e-book “Direitos humanos e Educação Profissional e Tecnológica: Guia do professor”, com o objetivo de trazer saberes relacionados à temática para os(as) docentes que atuam na EPT, buscando a reflexão sobre a EDH no espaço escolar e seu papel na formação dos(as) discentes. Por fim, o autor defendeu que essa é uma temática para ser discutida em novas pesquisas, levando em consideração a pautas conservadoras e seu reflexo nos Direitos Humanos, a produção de cursos, oficinas, entre outros, que contribuam para efetivar os direitos humanos (FERREIRA, 2020).

Eliane de Andrade Krueger (2017) que em sua dissertação “Formação docente e prática pedagógica na educação em direitos humanos” objetivou investigar as contribuições da formação continuada na Educação em Direitos Humanos pelos professores de uma escola pública dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Curitiba-PR. A pesquisa-ação de caráter qualitativo se baseou primeiramente em fontes documentais (LDB, PNEDH, PEEDH-PR e PPP), em seguida buscou identificar as concepções de Educação em Direitos Humanos dos docentes e analisar as contribuições de formação continuada em educação e direitos humanos.

A autora pontuou que a educação em direitos humanos (EDH) é uma importante ferramenta para combater as violações de direitos e que é por meio da formação de professores/as e pelas suas práticas pedagógicas que ocorrem mudanças fundamentais na sociedade. Krueger (2017) explica que é preciso refletir sobre quais saberes são necessários e como a educação em direitos humanos tem sido trabalhada nos cursos de formação de educadores.

Por meio dos dados coletados a autora expõe que ainda não há na escola pesquisada um trabalho planejado, contínuo e sistemático, o que impossibilita a implementação de uma cultura de respeito aos Direitos Humanos. Dessa forma, para Krueger (2017) é preciso disponibilizar conhecimentos e propor formações para professores/as em educação em direitos humanos, já que, conforme a autora, ainda é mínima a presença da temática de direitos humanos na formação dos professores, tanto na formação inicial ou continuada.

A tese de Maria do Socorro Borges da Silva (2017) “Educar em Direitos Humanos de “Mãos Dadas”: filosofia do chão, experiências e criações de professoras entre crianças e adolescentes” apresenta contribuições ao analisar as experiências e as maneiras de pensar dos/as docentes ao educar em Direitos Humanos, crianças e adolescentes. Desenvolvida com 15 a 17 docentes, atuantes na Educação Básica, a pesquisa foi interventiva, de cunho qualitativo. A autora apontou que educar em direitos humanos não é apenas transmitir conceitos educacionais, leis, filosofias e metodologias, isso não efetiva a justiça em todos os contextos, mas é preciso ensinar a partir de cada realidade, por meio de suas singularidades e cultura. Assim, enfatizou que empoderar

docentes mediante ações voltadas à EDH é propagar saber e poder, por meio de uma perspectiva que valorize a diversidade dos sujeitos. Sua pesquisa apontou como um limite na educação em direitos humanos a necessidade de estudos sobre as consequências das desigualdades de gênero na prática docente.

Por fim, a dissertação de Úrsula Viana Mansur (2019) intitulada “Gênero e Sexualidade na Formação Docente: reflexões de egressas do curso de Pedagogia” investigou a forma como egressas do curso de Pedagogia estudaram os temas gênero e sexualidade em sua formação docente. Para a autora, a escola é um espaço que possibilita romper ou manter as violências construídas pelo patriarcado. Quando se discute diversidade busca reconhecer os grupos considerados minoritários como sujeitos de direitos, que ao longo da história foram silenciados. Para desenvolver sua pesquisa foram aplicados questionários, via *Google Forms*, com 19 mulheres egressas do curso de Pedagogia. O questionário buscou verificar suas impressões sobre gênero e sexualidade durante o curso e na prática pedagógica. Além disso, foi realizada uma análise documental dos planos de ensino das disciplinas do curso de Pedagogia de uma faculdade de Belo Horizonte- MG. Desta forma, concluiu-se um cruzamento de dados com os planos de ensino e os relatos das participantes.

A análise dos documentos do curso de Pedagogia apresentou que nenhuma disciplina do curso objetiva o debate de gênero e sexualidade, abordada apenas em temas transversais, por meio de disciplinas que sugerem a temática. Além disso, essas disciplinas não apresentam referências bibliográficas básicas sobre o tema, apenas duas disciplinas sugerem referências complementares, a disciplina História da educação: educação na formação social moderna e na sociedade brasileira, que sugere o texto “Mulheres na sala de aula”, da autora Guacira Lopes Louro, e a disciplina Sociologia: sociedade e educação, que cita o texto “Educação formal: mulher e gênero no Brasil contemporâneo” da autora Fúlvia Rosemberg (MANSUR, 2019).

A autora constatou que a maioria das disciplinas do curso não objetivam discutir efetivamente os estudos de gênero e sexualidade. Em relação às mulheres que participaram da pesquisa, elas relataram ter presenciado discussões de gênero e sexualidade, porém, em sua maioria, narraram que essas abordagens ocorreram fora da sala de aula, em espaços alternativos. Portanto, propor que docentes discutam sobre a temática é problematizar as desigualdades e o desrespeito aos direitos humanos. Assim, a autora afirmou que as discussões de gênero e sexualidade na escola são pertinentes para romper com práticas violentas e discriminatórias contra mulheres e LGBT e que é preciso defender a formação de professoras/es (MANSUR, 2019).

Diante disso, verificou-se que nas pesquisas elencadas no banco de dados da CAPES, há uma ausência de discussões de direitos humanos e formação docente, sobretudo que reflitam sobre as questões de violência contra a mulher.

## Conclusões

Na presente pesquisa foi realizada uma revisão de bibliografia sobre as discussões de direitos humanos e violência contra as mulheres nas práticas pedagógicas e na formação docente, por meio de teses e dissertações *strictu sensu* disponíveis no banco de teses e dissertações da Capes, defendidas no período de 2016 a 2021. Como já mencionado não foram localizadas pesquisas com base nos descritores “violência contra a mulher” AND “direitos humanos” AND “formação docente”. Dessa forma o presente estudo optou por uma abordagem mais ampla, por meio dos descritores “direitos humanos” AND “formação docente”, visto que a violência contra a mulher é entendida como uma violação dos direitos humanos.

Para sustentarmos a necessidade deste estudo, partimos de estudos publicados uma década após a publicação da Lei da Maria da Penha e consideramos como recorte final a Lei 14.164 de 2021. Somente após 15 anos da implementação da Lei Maria da Penha foi implementada uma Lei (Lei 14.164/2021) para tratar da violência contra a mulher nas escolas. Diante dessa revisão é possível verificar que as pesquisas nesse banco de dados, no recorte de 2016 a 2021, trazem discussões sobre educação em direitos humanos e gênero, no entanto não tem uma especificidade sobre a temática violência contra a mulher. Nesse caminho, ao reconhecer a sala de aula como um espaço de diálogo e de prevenção de todas as formas de violência, em especial neste estudo, contra a mulher, o primeiro passo é pensar nas formações dos/as educadores/as sobre a temática em pauta.

Verificou-se também, nas pesquisas selecionadas, situações de cidades e instituições específicas que, em sua maioria, pontuam a necessidade da efetivação de formação docente em direitos humanos, já que verificaram sua ausência e com isso, a falta de preparo das/os professoras/es em discutir a temática em sala de aula.

Em tempos, cada vez mais, marcados por um cenário político e social patriarcal, autoritário e de exclusão, tem-se como consequência as altas taxas de violência contra as mulheres e com isso a violação dos direitos humanos. Dito isso, não se pode desconsiderar a necessidade de dialogar sobre essa temática na formação de professoras/es, para que elas/es possam construir na sua prática docente uma educação em direitos humanos, contra a opressão e sexismo perpetuada em nossa sociedade.

## Referências

- Bardin, L. *Análise de conteúdo*. trad.: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENEVIDES, M. V. *Educação em direitos humanos: de que se trata?* In: BARBOSA, R. L. L. B. (Org.). *Formação de educadores: desafios e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 309-318.
- BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Justiça; UNESCO, 2007.
- BRASIL. *Lei nº 11.164*, de 10 de junho de 2021. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 11 jun. de 2021. Disponível em: [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2022/2021/Lei/L14164.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/2021/Lei/L14164.htm). Acesso dia: 18 de julho de 2022.
- BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. Legislação, Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso dia: 18 de julho de 2022.
- BRASIL. *Lei 11.340*, de 7 de agosto de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 de agosto de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso dia: 18 de agosto de 2022.
- BARDIN, L. *Análise do conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão; SACAVINO, Susana Beatriz. *Educação em direitos humanos e formação de educadores*. Educação, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 59-66, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12319>. Acesso: 28 de julho de 2021.
- CANDAU, M, V. *Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro v. 13 n. 37, p. 43-57, jan./abr. 2018.
- CANDAU, V. M. Educação Escolar e Cultura(s): multiculturalismo, universalismo e currículo; In: CANDAU, V. M. (org) *Didática: questões contemporâneas*. Rio de Janeiro: Ed. Forma & Ação, 2009.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educação em Direitos Humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA, R. M. G.; DIAS, A. A.; FERREIRA, L. de F. G.; ALENCAR, M. L. P.; ZENAIDE, M. N. T.. (Org.). *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. 1ªed. João Pessoa: Editora Universitária - Universidade Federal da Paraíba, 2007, v., p. 414-427.
- CARVALHO, Emilene Julia da Silva Freitas. *A educação em direitos humanos nos manuais do professor da Coleção Didática Projeto Buriti - História (PNLD/2013): os direitos das crianças e a formação do professor em foco*. 2017. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20562>. Acesso dia 12 de agosto de 2022.

DUARTE, Kátia Macedo. *Ensino em direitos humanos: estudo de caso na escola estadual de ensino fundamental Coriolano de Medeiros em Patos-PB*. 2019. 101f. Dissertação (Mestrado em Ensino). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau de Ferros, Rio Grande do Norte, RN, 2019. Disponível em: [http://uern.br/controladepaginas/ppge-dissertacoes-2019/arquivos/5174katia\\_macedo\\_duarte.pdf](http://uern.br/controladepaginas/ppge-dissertacoes-2019/arquivos/5174katia_macedo_duarte.pdf). Acesso dia 12 de agosto de 2022.

FERREIRA, Maycon Rangel Abreu. *Escola é lugar de direitos humanos: estratégias para a formação docente na Educação Profissional e Tecnológica*. 2020. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus São Luís, Monte Castelo, 2020. Disponível em: <https://profept.ifma.edu.br/wp-content/uploads/sites/57/2020/11/Dissertacao-Educacao-em-Direitos-Humanos-Maycon-Rangel-Abreu-Ferreira-2020-1.pdf>. Acesso dia 12 de agosto de 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. *Anuário brasileiro de segurança pública*. Ano 15. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf>. Acesso dia: 05 de agosto de 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP; DATAFOLHA, INSTITUTO DE PESQUISAS. *Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 3ª edição*, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso dia 20 de junho de 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, (Edição especial), 2012.

JACOB, Maria Julieta Correia “*Somos todos e todas diferentes numa sociedade de iguais*”: um estudo de caso sobre práticas pedagógicas de gênero e sexualidade em uma escola pública de Pernambuco. 2017. 156f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25195>. Acesso dia 12 de agosto de 2022.

KRUEGER, Eliane de Andrade. *Formação docente e prática pedagógica na educação em direitos humanos*. 2017. 102f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/49426>. Acesso dia 12 de agosto de 2022.

LOURO, Guacira L. *Mulheres na sala de aula*. In.: DEL PRIORI, Mary (Org). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto/UNESP, 1997. p.443-481.

MANSUR, Úrsula Viana. *Gênero e sexualidade na formação docente: [manuscrito] reflexões de egressas do curso de pedagogia*. 2019. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Formação Humana). Universidade do Estado de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: [https://mestrados.uemg.br/phocadownload/userupload/lucas.santana/DISSERTACAO2019\\_19.pdf](https://mestrados.uemg.br/phocadownload/userupload/lucas.santana/DISSERTACAO2019_19.pdf). Acesso dia 22 de agosto de 2022.

NERES, Bruna Costa. *A construção de uma cultura de educação em direitos humanos: experiências formativas em uma escola da rede municipal de Natal*. 2018. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26552>. Acesso dia 12 de agosto de 2022.

PINTO, Mônica Luiza Simião. *Formação de professores para a educação em Direitos Humanos*. 2017. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://pucpr.br/escola-de-educacao-e-humanidades/mestrado-e-doutorado/producao-academica>. Acesso dia 08 de agosto de 2021.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal: mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Estudos Feministas*, n. 2, vol. 9, 2001. p.515-540. Disponível em: <https://scielo.br/j/ref/a/PRcJxQzSFvnScngFpmcgKGR/abstract/?lang=pt>. Acesso dia 12 de agosto de 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Por uma concepção multicultural de direitos humanos*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, n. 48, jun. 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Maria do Socorro Borges da. *Educar em Direitos Humanos de “Mãos Dadas”*: filosofia do chão, experiências e criações de professoras entre crianças e adolescentes. 2017. 318 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017. Disponível em: [https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/programa/noticias\\_desc.jsf?lc=pt\\_BR&id=609&noticia=205175048](https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/programa/noticias_desc.jsf?lc=pt_BR&id=609&noticia=205175048). Acesso dia 12 de agosto de 2022.

TAVARES, Celma. Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar. In: SILVEIRA, Maria Godoy (Org.). *Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2007. p. 487-503.